

MEDIDA PROVISÓRIA 767, DE 2017

EMENDA SUPRESSIVA Nº _____

Suprima-se a nova redação dada ao Art. 27-A da Lei nº 8.213 de julho de 1991, pelo Art. 1º da Medida Provisória 767/2017.

JUSTIFICAÇÃO

A supressão do parágrafo em questão visa evitar o aviltamento da condição de segurado que perde o vínculo com o INSS e passa a ser obrigado a cumprir prazos de carência mais rigorosos. O projeto atinge os beneficiados por auxílio doença, aposentadoria por invalidez e o salário maternidade ao tornar mais difícil o acesso ao direito para os cidadãos que estão fragilizados pela doença, pela invalidez.

A investida não poupa nem mesmo o salário maternidade, na medida em que obriga as mulheres grávidas que perderam a qualidade de segurada a cumprirem carências que praticamente inviabilizam o direito ao benefício, isto porque a gravidez ocorre em situações não planejadas e a criança não pode ser penalizada pela voracidade de cortes do governo.

A MP descuida da proteção à criança ao dificultar o acesso ao salário maternidade, sem atentar para a repercussão social de medida que se abaterá contra a infância, justo no momento em que esta é mais frágil e mais dependente de proteção, o momento da própria concepção.

Sala das Sessões, em fevereiro de 2017

Deputado Daniel Almeida
PCdoB/BA



CD/17633.474-84